

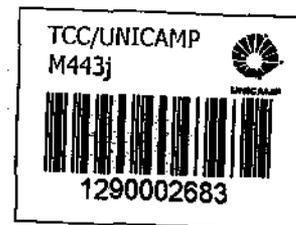
EWERTON FERNANDO MAULE

**O JUDÔ AUXILIANDO NO
DESENVOLVIMENTO MOTOR DE
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
VISUAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Graduação) apresentado à Faculdade de
Educação Física da Universidade
Estadual de Campinas para obtenção do
título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. José Júlio Gavião de Almeida

Campinas
2005



EWERTON FERNANDO MAULE

**O JUDÔ AUXILIANDO NO DESENVOLVIMENTO
MOTOR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.**

Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) defendido por Ewerton Fernando Maule e aprovado pela Comissão julgadora em: 29/11/05.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. Gavião', written over a faint horizontal line.

Prof. Dr. José Júlio Gavião de Almeida
Orientador

Prof. Dr. Paulo Ferreira de Araújo
Banca Examinadora

UNIDADE: FEF/1108
 N.º CHAMADA:
 TCC / Unicamp
 M443j
 V. _____ Ex. _____
 COMBO BC: 2683
 PROF:

 PREÇO: 11,00
 DATA: 29/12/05
 N.º CPD: 375579
 2000.00 507

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA
 BIBLIOTECA FEF - UNICAMP**

M443j Maule, Ewerton Fernando.
 O judô auxiliando no desenvolvimento motor de pessoas com
 deficiência visual / Ewerton Fernando Maule. - Campinas, SP: [s.n],
 2005.

Orientador: Jose Julio Gavião de Almeida.
 Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Faculdade de
 Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Judo. 2. Deficientes visuais. 3. Desenvolvimento motor. 4.
 Educação física para deficientes. I. Almeida, Jose Julio Gavião de.
 II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação
 Física. III. Título.

Agradecimentos

Agradeço ao Professor Dr. José Júlio Gavião de Almeida pela orientação durante o processo de elaboração deste trabalho de conclusão de curso e pelas aulas ministradas que me motivaram a escolher o tema.

Ao Professor Dr. Paulo Ferreira de Araújo por ter aceitado participar como examinador do trabalho e também pelas aulas ministradas que ajudaram na escolha do tema.

A Professora Dra. Carmem Lúcia Soares, que ministrou a disciplina MH – 801 Seminários de Monografia II, que forneceu importantes dicas e sempre foi compreensiva, auxiliando também na produção e apresentação deste trabalho.

Às bibliotecárias da FEF – Unicamp, que sempre auxiliaram na busca por materiais, solução de algumas dúvidas e pela elaboração do material que facilitou a produção do trabalho.

Aos colegas de sala que forneceram dicas de materiais, me ajudaram na solução de dúvidas e também no processo de elaboração do trabalho.

A minha noiva Luciana, que sempre me ajudou, não só na elaboração deste trabalho como também durante todo o curso. Pela sua paciência, carinho e apoio nos momentos em que eu mais precisei.

A minha família, principalmente a meus pais, que sempre me apoiaram e me incentivaram durante todo o curso e me ajudaram a chegar onde cheguei, com sua paciência e compreensão.

MAULE, Ewerton F. **O judô auxiliando no desenvolvimento motor de pessoas com deficiência visual.** 2005. 39f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)–Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, 2005.

RESUMO

O judô que é uma luta criada no Japão pelo professor Jigoro Kano e faz parte da cultura corporal, como tal, pode estar presente nas aulas de Educação Física auxiliando assim na divulgação da modalidade. É uma modalidade que desde 1988 é disputada por pessoas deficientes visuais nas para-olimpíadas e já trouxe algumas medalhas para o Brasil. Através da prática da modalidade, que é totalmente possível através de pequenas adaptações, a pessoa deficiente visual pode ter diminuídas algumas de suas desvantagens sociais, assim como ter a melhora de seu condicionamento físico. Ela pode acontecer juntamente com alunos videntes e segundo os estudos apenas ocorreria de uma maneira um pouco mais demorada. Este trabalho se trata de uma pesquisa bibliográfica que teve como objetivo mostrar a importância da prática de atividades físicas pelos deficientes visuais e que o judô, na imensa gama de atividades físicas, pode ser uma importante ferramenta para melhorar o desenvolvimento motor da pessoa deficiente visual. A pesquisa priorizou temas como o judô (trazendo um pouco de sua história e suas principais características para mostrar a importância da modalidade nacionalmente e internacionalmente, assim e como o mesmo pode ser aprendido pelos deficientes visuais e os benefícios que pode trazer), a deficiência visual (mostrando um pouco do quadro atual, algumas formas de classificação, algumas características motoras apresentadas pelos deficientes visuais, que têm como consequência algumas desvantagens sociais) e como o judô pode influenciar sobre elas. Através das pesquisas concluímos que com um pouco mais de investimento e conhecimento das capacidades do deficiente visual por eles mesmos e pelos pais, o judô pode ajudar a trazer melhores condições de vida a esta parcela, por vezes marginalizada pela população, melhorando seu desenvolvimento motor, assim como sua vida na sociedade, fazendo dele uma pessoa mais ativa e melhor consigo mesmo.

Palavras-chave: Judô, Deficientes visuais, desenvolvimento motor, Educação Física para deficientes.

MAULE, Ewerton F. **Judo assisting the motor development of people with visual deficiency** 2005. 39f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)–Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ABSTRACT

Judo is a fight created in Japan by professor Jigoro Kano and it is part of the corporal culture, as such, can be presented in the lessons of Physical Education thus assisting in the spreading of the modality. It is a modality that since 1988 is disputed by visual deficient people in Para-Olympic Games and already brought some medals for Brazil. Through the practice of the modality, that is totally possible through small adaptations, visually deficient people can have diminished some of their social disadvantages, as well as having the improvement of their physical conditioning. It can happen with non-deficient pupils and according to studies it would only occur in a little slower way. This work is a bibliographical research that had the objective of showing the importance of visual deficient people practicing physical activities and that judo, in the immense range of physical activities, can be an important tool to improve the motor development of visually deficient people. The research prioritized subjects as judo (bringing a little of its history and its main characteristics to show the importance of the modality nationally and internationally, thus and how it can be learned by visually deficient people and the benefits that it can bring), the visual deficiency (showing a little of the current picture, some forms of classification, some motor characteristics presented by visually deficient people, that have as consequence some social disadvantages) and how judo can influence on them. Through the research we conclude that with a little more investment and knowledge on the capacities of visually deficient people by themselves and their parents, judo can help bring better life conditions to these people, for times kept out of society by the population, improving their motor development, as well as their lives in society, making them more active people and better to themselves.

Keywords: judo, visual deficient, motor development, Physical education for deficient people.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CBJ	Confederação Brasileira de Judô
COI	Comitê Olímpico Internacional
D.V.	Deficiente Visual
Ds.Vs.	Deficientes Visuais
FPJ	Federação Paulista de Judô
IBSA	Internacional Blind Sport Federation
IJF	Federação Internacional de Judô
OMS	Organização Mundial da Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.	8
2. METODOLOGIA.	10
3. O JUDÔ.	12
3.1. O judô nas para-olimpíadas.	16
4. A PESSOA DEFICIENTE VISUAL.	20
4.1. Classificação da deficiência visual.	23
4.2. Características motoras do deficiente visual.	28
4.3. Condicionantes motores e sociais comuns ao deficiente visual.	30
5. O ENSINO DO JUDÔ PARA OS DEFICIENTES VISUAIS.	33
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1. INTRODUÇÃO

O mundo é composto em sua maioria, de informações e estímulos visuais, o que provoca nos Deficientes Visuais (Ds.Vs.) uma série de limitações. A ausência total ou parcial deste sentido não impossibilita uma vida normal em sociedade. Mas para que o deficiente visual adquira autonomia, uma série de fatores, entre eles psicomotores devem ser trabalhados integralmente.

O trabalho objetiva mostrar se o judô pode auxiliar ao Deficiente Visual (D.V.) na aquisição desta necessária autonomia, ou ao menos diminuir o grau de dependência que este possui. O nível de independência pode ser melhorado através de um desenvolvimento motor adequado e o judô pode vir a ser uma importante ferramenta para auxiliar no processo de obtenção deste desenvolvimento. É claro que o judô não seria benéfico apenas para os Ds.Vs, porém a idéia é trazer as principais características motoras e conseqüentemente algumas desvantagens que podem ser apresentadas pelos Ds.Vs. e como o judô pode influenciar na mudança destas características motoras diminuindo assim algumas desvantagens.

Quanto maior a autonomia para tomar suas decisões, mais preparado o D.V. estará para lidar com novas situações, dominar o problema e encontrar uma ou mais soluções para o problema, o que fará com que ele se sinta mais produtivo e eficiente.

Portanto, a pessoa D.V. com desenvolvimento motor suficiente para a realização de suas tarefas habituais poderá estar melhor preparada para enfrentar situações novas e progressivas em graus de dificuldade.

Aquele que não se adapta às novas exigências e nem mesmo às rotineiras, são os indivíduos que ao longo de sua vida, foram privados de estímulos de suas capacidades produtivas. Uma vez que o D.V. mostra-se preparado para enfrentar novos desafios, melhor será a forma como este vai assimilar as diversas situações que o meio o impõe.

Serão consideradas neste estudo, além de crianças com cegueira total, aquelas que possuem uma perda parcial da visão, ou seja, visão sub-normal, pois segundo Melo (1991), deficiência visual é caracterizada pela perda parcial ou total da visão que limitam o desempenho normal, mesmo após a melhor correção óptica (através do uso de lentes) ou cirúrgicas.

Para Masini (1994), é de grande importância para o D.V. o desenvolvimento de seu repertório gestual / motor / de destreza básico, como por exemplo, a orientação (processo pelo qual estabelece sua posição e relacionamento com os objetos significativos do ambiente através dos sentidos remanescentes) e a mobilidade (locomoção da posição em que se encontra para uma posição desejada). Para ele, os problemas de orientação e mobilidade dos cegos são decorrentes do não atendimento às necessidades básicas do indivíduo, entre elas as habilidades físicas e perceptivo motoras.

Os problemas que impedem o D.V. de desenvolver atividades motoras são de ordem social e cultural e vão desde o descumprimento de normas ou leis que os amparam, até o desconhecimento do valor e da prática dessas atividades pelos próprios Ds.Vs. (ALMEIDA, 1995, p.4).

Cabe à Educação Física promover o desenvolvimento psicomotor dessas crianças, possibilitando um relacionamento com o mundo em que vivem mais saudável e completo, diminuindo assim suas limitações.

Portanto é de grande importância que a sociedade e os próprios Ds.Vs. se conscientizem das possibilidades de prática de uma atividade física para o desenvolvimento normal do indivíduo, pois os Ds.Vs. possuem ampla capacidade para se desenvolverem e apesar de suas particularidades, possuem potencial semelhante ao das pessoas ditas normais, basta para isso oportunidade e profissionais preparados pois, segundo Soares et al (1992), vivenciar diversas formas de movimentos leva o indivíduo a um amplo desenvolvimento de seus aspectos motores e cognitivos. A autora reconhece nos conteúdos de que trata a Educação Física o espaço ideal para estas manifestações.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho tem como base uma pesquisa bibliográfica. Segundo Macedo (1995) pesquisa bibliográfica se constitui da busca de informações bibliográficas e seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa, seguido do respectivo fichamento das referências para sua utilização posterior na identificação do material e na referência bibliográfica final.

Para a autora, pesquisa bibliográfica é o "primeiro passo de qualquer tipo de pesquisa científica com o fim de revisar a literatura existente e não redundar o tema de estudo ou experimentação" (MACEDO, 1995, p.15) é a partir desta pesquisa inicial que se obtêm a bibliografia básica, surgindo novas referências a partir desta.

A autora ainda define a "revisão bibliográfica" como uma espécie de "varredura" do que foi publicado sobre o assunto e dos conhecimentos já trazidos pelos autores que já abordaram o tema.

Ela conclui que a pesquisa bibliográfica é fundamental para a elaboração de qualquer trabalho acadêmico, ela dá a base e trás a tona elementos que poderiam ter passado despercebidos num primeiro momento, despertando assim novos interesses, podendo muitas vezes provocar a mudança no rumo do trabalho e das discussões.

Os tópicos elencados para a pesquisa bibliográfica foram:

- O judô, relatando suas principais características e sua importância dentro da Educação Física e do esporte;
- Deficiência Visual, enfatizando suas características, sua classificação e possíveis limitações e desvantagens psicomotoras por ela trazidas;

Após a revisão bibliográfica foi discutido como o judô pode contribuir para o desenvolvimento das capacidades motoras, enfatizando equilíbrio, noção espaço / tempo e coordenação motora global, já que o mesmo se trata de uma luta de curta distância e contato direto, os movimentos próprios durante a luta dependerão em muito dos movimentos do adversário, sendo necessária, portanto uma boa percepção, pois o judô tem como base o equilíbrio próprio e como objetivo principal provocar o desequilíbrio de seu adversário, projetando o adversário ao solo para assim conseguir a vitória.

A divisão do trabalho foi realizada da seguinte maneira:

- O terceiro capítulo trata do judô, trazendo um pouco de sua origem, filosofia, mostrando como esta luta se difundiu pelo mundo e quais são suas principais características como luta e como modalidade paraolímpica.

- O quarto capítulo fala sobre o D.V., como se define a deficiência visual, os principais desafios por eles enfrentados no dia-a-dia, suas principais características motoras, assim como suas limitações e desvantagens sociais.

- O quinto capítulo faz uma associação entre o judô e os deficientes visuais, mostrando como se dá a aprendizagem do judô por eles, e quais os benefícios possíveis nesta associação.

- Por fim, seguem as considerações finais, com as possíveis contribuições deste trabalho assim como deixando novos caminhos a serem seguidos.

3. O JUDÔ

Segundo a Confederação Brasileira de Judô (2005) e a Federação Paulista de Judô (2005a), a origem dessa luta se deu no Japão, em 1882 quando Jigoro Kano, aos vinte e três anos de idade fundava o Instituto Kodokan, que se tornou a Meca dos ensinamentos desta luta destinada à formação e preparação integral do homem através das atividades físicas de luta corporal e do aperfeiçoamento moral, sustentada pelos princípios filosóficos e exaltação do caráter, que era a essência do espírito marcial dos samurais (guerreiros medievais japoneses).

[...] O Professor Jigoro Kano procurou sistematizar as técnicas de uma luta japonesa, conhecida como "Jujitsu" e fundamentar sua prática em princípios filosóficos bem definidos, a fim de torná-la um meio eficaz para o aprimoramento do físico, do intelecto e do caráter, num processo de aperfeiçoamento do ser humano. (FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ, 2005a).

Sendo assim, ao criar o judô, Jigoro Kano pretendia não apenas difundir pelo mundo uma nova luta, ele tinha o judô como um estilo de vida, aprimorando não apenas o físico, como também o intelecto e o caráter, pretendia promover um ser humano mais consciente de suas responsabilidades perante ele mesmo e a sociedade.

De acordo com a Federação Paulista de Judô (2005a), Jigoro Kano era um jovem de físico franzino que observou que as técnicas de Jujitsu poderiam ter valor educativo na preparação dos jovens, objetivando oferecer ao indivíduo oportunidade de aprimoramento do seu autodomínio para superar a própria limitação. Passou a ter como meta, transformar aquela tradicional luta num esporte que pudesse trazer benefícios ao homem, ao invés de utilizá-la simplesmente como arma de defesa pessoal.

Jigoro Kano, era praticante do Jujitsu e por ser um homem pequeno e magro levava desvantagem com relação aos outros lutadores. Criou então o judô, uma luta baseada em alavancas e no uso da força do adversário contra ele mesmo, podendo assim a técnica prevalecer sobre a força.

Cada escola de Jujitsu adotava estilos próprios e secretos, cujos princípios de ensinamento se apoiavam no empregado pelos samurais, duas destas escolas foram especialmente estudadas pelo Professor Jigoro Kano, "Tenshinshinyo-Ryu" (a partir de 1877, com o mestre

Fukuda, quando ingressou na Universidade Imperial de Tóquio) e "Kito-Ruy" (a partir de 1881), das quais extraiu muitas das técnicas utilizadas pelo judô.

O Professor Kano criou uma organização de forma a constituir um sistema adequado aos métodos educacionais, evitando ações que pudessem ser lesivas ou prejudiciais à sua prática por qualquer leigo. (FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ, 2005a).

De acordo com a Confederação Brasileira de Judô (2005), a filosofia do judô é integrar corpo e mente. Sua técnica utiliza os músculos e a velocidade de raciocínio para dominar o oponente. O mestre fundador Jigoro Kano definia o judô como: "arte em que se usa ao máximo a força física e espiritual". Ainda segundo Kano, a vitória representa um fortalecimento espiritual e para se tornar um bom lutador, antes de tudo, é preciso ser um grande ser humano.

Seus golpes visam desequilibrar o adversário para assim projetá-lo ao solo, no entanto para conseguir a projeção do adversário, além da necessidade do equilíbrio próprio, tem-se também a necessidade de uma boa coordenação motora global, noção espaço / tempo e percepção, sendo algumas vezes necessário se projetar para projetar o adversário, necessita e desenvolve portanto, um grande domínio corporal.

De acordo com a Federação Paulista de Judô (2005b), o professor Jigoro Kano foi conhecido não apenas como o criador do judô, foi também muito importante para o desenvolvimento do esporte em geral no Japão. Nascido em 28/10/1860, aos dezoito anos de idade, ele funda o primeiro clube de basebol no Japão, em 1909 torna-se o primeiro representante japonês a fazer parte do Comitê Olímpico Internacional (COI) e em 1911 foi eleito presidente da Federação desportiva do Japão. Além da sua importância no esporte japonês, ele teve também participação na nobreza (1889 - representante da casa imperial), no exército (1899 - Presidente do Butokukai - Centro de estudo de artes militares) e na educação (1924 - Professor Honorário da Escola Normal Superior de Tóquio).

Isso mostra que Jigoro Kano participava ativamente da sociedade, o que era seu objetivo ao criar o judô, pois ele queria que o judô contribuísse para a formação de cidadãos, não apenas de lutadores, de atletas, era isso que segundo ele diferenciava o judô das outras artes marciais da época.

O Judô se difundiu pelo mundo através dos imigrantes japoneses a partir de 1902 (chegada nos Estados Unidos), e hoje é um importante elemento da cultura corporal e portanto, é uma possível área de atuação dos profissionais de Educação Física.

O judô surge no Brasil por volta de 1922, através de Eisei Maeda, conhecido como Conde de Koma, porém, um fator decisivo na escalada do judô foi a chegada de um grupo de japoneses em 1938, que tinha como líder o professor Riuzo Ogawa. Daí por diante disseminaram-se a cultura e os ensinamentos do Mestre Jigoro Kano sendo fundada em 1858 a Federação Paulista de Judô (FPJ) e em 1969 a Confederação Brasileira de Judô (CBJ). Em 1954 realizou-se o primeiro campeonato brasileiro de judô e em 1956 o primeiro campeonato mundial, ocorrendo nesta ocasião a primeira participação brasileira em competições internacionais.

Internacionalmente, o Brasil é reconhecido como um "celeiro" de atletas, conquistando importantes medalhas olímpicas, sendo elas segundo a Confederação Brasileira de Judô (2005):

- Cinco de bronze: 1972 - em Munique na Alemanha, com Chiaki Ishii na categoria Meio-Pesado; 1984 - em Los Angeles nos Estados Unidos, com Walter Carmona na categoria Médio e Luís Onmura na categoria Leve; 1996 - em Atlanta nos Estados Unidos, com Aurélio Miguel na categoria Meio-Pesado e Henrique Guimarães na categoria Meio Leve.
- Duas de prata: 1984 - em Los Angeles nos Estados Unidos, com Douglas Vieira; 2000 - em Sidney na Austrália, com Carlos Onorato na categoria Meio-Médio.
- Duas de ouro: 1988, em Seul na Coréia, com Aurélio Miguel na categoria Meio-Pesado; 1992, em Barcelona na Espanha, com Rogério Sampaio na categoria Peso Leve.

Com milhares de praticantes e federações espalhados pelo mundo, o judô se tornou um dos esportes mais praticados. [...] Não restringindo seus adeptos a homens com vigor físico, e estendendo seus ensinamentos para mulheres, crianças e idosos, o judô teve um aumento significativo no número de amantes desta nobre arte. (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ, 2005).

Hoje, segundo a Federação Paulista de Judô (2005a), esta é a luta com o maior número de praticantes no país (cerca de dois milhões), foi incluída nas olimpíadas em 1964 (Tóquio) como modalidade de demonstração e em 1972 (Munique) tornou-se oficialmente uma modalidade olímpica.

O judô é um dos esportes que mais trouxe medalhas olímpicas para o Brasil, apesar dos bons resultados conseguidos internacionalmente, o judô não têm grande destaque na mídia, ele pouco aparece e a modalidade costuma ser lembrada apenas durante as olimpíadas. Com mais investimentos e com um maior destaque na mídia, o judô poderia se tornar um esporte

mais popular e poderia ocorrer uma maior massificação da modalidade, conseqüentemente surgiriam mais atletas, melhorando ainda mais o rendimento do país neste esporte.

O investimento para se fornecer á população a possibilidade da prática do judô é baixo, são necessários apenas um local coberto para a prática, um tatame que pode ser feito com pneus reciclados, uma lona, kimonos e um profissional capacitado.

3.1. O judô nas Paraolimpíadas

Apesar do intuito do trabalho não ser o esporte de alto nível e sim a pedagogia do judô e através dela conseguir possíveis ganhos de desenvolvimento motor para o D.V., vale a pena lembrar que se o enfoque do trabalho for nas possibilidades e não nas limitações do D.V., o mesmo pode e possivelmente vai, idealizar em um dia se tornar um atleta de alto nível, sonho este que ocorre com grande parte das pessoas que se iniciam na prática esportiva.

Diante disto, a prática do judô passa a ser mais estimulante, pois o praticante passa a ter um objetivo. Claro que os objetivos devem ser adequados às possibilidades, devendo eles ser a curto e longo prazo. A competição não deve ser o objetivo central do trabalho, porém ela passa a ser necessária na medida em que o aluno precisa se testar, testar suas habilidades, sendo a competição, mesmo que entre alunos da mesma turma, uma boa maneira de viabilizar estes "testes". Outro objetivo da competição deve ser a sociabilização; em competições, mesmo que regionais, pode-se ter o contato com atletas de outras cidades e é importante para possibilitar trocas de experiências, não só entre os atletas Ds.Vs., mas entre todos os atletas participantes.

Sobre isso, Almeida (1995, p.102) diz que "quando imaginamos esportes para deficientes visuais, logo nos vêm à idéia de que a "produção final" de todo esse processo resume-se única e exclusivamente em uma competição [...] ou pior, no resultado desta competição". Segundo ele, resumir-se na competição é uma posição muito simplista, vazia e cômoda. Competir ou mesmo talvez participar de competições é apenas um dos meios de se encarar a atividade esportiva, é relevante, porém não é nem o único e nem o que merece maior destaque dentro da aprendizagem esportiva.

Como vimos, a competição não é o único meio da prática do judô, entre outros, podemos destacar, por exemplo, a aprendizagem dos fundamentos em seus diferentes processos pedagógicos, que também fazem parte do conjunto de experiências físicas procuradas no esporte, sem desconsiderar ainda os valores sensoriais, cognitivos e afetivos que o envolvem ou que ele pode envolver. (ALMEIDA, 1995).

Ou seja, a aprendizagem dos golpes, quedas e demais técnicas do judô podem possibilitar e caracterizar a concretização do desenvolvimento de esporte, levando ou não tais atividades a situação de competição. Não se pode, no entanto, ignorar a competição, pois no seu

tempo e espaço adequados ela pode surgir, não isolada, mas como complemento de um determinado processo.

De acordo com o Comitê Paraolímpico Brasileiro (2005), o judô está presente nos jogos Paraolímpicos desde Seul (1988) e foi a primeira modalidade de origem asiática a entrar no programa paraolímpico. Até as olimpíadas de Sydney (2000) apenas os homens competiam e a partir de Atenas (2004) as mulheres passaram a entrar nos tatames para competir e pela primeira vez na história do judô Olímpico e Paraolímpico brasileiro, houve a conquista de medalhas no judô feminino.

No Brasil, o judô como modalidade praticada por Ds.Vs. surgiu na década de setenta e segundo o Comitê Paraolímpico Brasileiro (2005) "Desde quando o esporte passou a fazer parte dos Jogos paraolímpicos, o país demonstra ser uma das maiores potências do planeta". Já em Seul (1988), três atletas conquistaram a medalha de bronze, o que fez do judô a quarta modalidade brasileira a subir no pódio paraolímpico. Em Atlanta (1996) o Brasil conquistou sua primeira medalha de ouro no judô, feito que se repetiu em Sydney (2000).

Os bons resultados conseguidos até então nas paraolimpíadas, podem servir de estímulo para que alguns Ds.Vs. se iniciem no judô e possam assim vivenciá-lo e aproveitar todos os benefícios psicomotores e sociais que tal atividade pode promover. Porém, não só o judô como a maioria dos esportes adaptados é pouco visto na mídia, tendo destaque maior somente durante as paraolimpíadas, sendo assim muitos deficientes, assim como seus pais, não têm conhecimento da possibilidade de práticas esportivas.

De acordo com o Comitê Paraolímpico Brasileiro (2005), "Atletas cegos ou deficientes visuais lutam pelo ouro segundo as mesmas regras de competição da Federação Internacional de Judô (IJF). A deficiência faz com que os judocas agucem sua sensibilidade, instinto, tato e senso de equilíbrio".

Entre as alterações que ocorrem nas regras para as lutas entre os Ds.Vs. nas competições internacionais duas são as mais expoentes. São elas: a interrupção da luta quando os oponentes perdem o contato e no início da luta, quando os lutadores devem iniciar o combate após já estarem em posição de contato (segurando no kimono um do outro).

O sistema de pontuação segue o mesmo padrão olímpico dos atletas videntes e os combates duram cinco minutos. A vitória é decretada de imediato quando um dos atletas obtém o "ippon" (pontuação máxima do judô), que ocorre quando o adversário cai com as costas

no chão, quando há imobilização do adversário por vinte e cinco segundos ou quando há estrangulamento ou chave de braço e o oponente bate três vezes no solo com a mão. Dois "waza ari" (equivalente a meio ippon) também podem dar a vitória ao atleta, esta pontuação ocorre quando a queda do judoca se dá com parte das costas ou quando ocorre uma imobilização que dure entre vinte e vinte e quatro segundos. O "yuko" é caracterizado pela queda lateral ou imobilização que dure de 15 á 19 segundos e o "koka" ocorre quando um judoca é derrubado e cai sentado no tatame ou com imobilização que dure de 10 á 14 segundos, estas duas pontuações não dão vitória imediata aos atletas, servindo apenas como desempate. (COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO, 2005).

Isso mostra que com poucas adaptações, é possível ao D.V. praticar e até mesmo competir no judô. Alunos videntes podem até participar em conjunto com os Ds.Vs., atividades como lutas com os olhos vendados são comuns em aulas e treinamento do judô, o objetivo é aguçar os sentidos dos atletas, devido a estes sentidos apurados, um atleta vidente teria grandes dificuldades em lutar com o atleta D.V., estas dificuldades aumentariam ainda mais se este atleta vidente estiver com os olhos vendados.

Outra forma de se conseguir pontuação no judô, segundo a Confederação Brasileira de judô (2005) é através das punições do adversário:

As punições são chamadas de shidos. Na primeira vez, o shido significa um koka para o adversário. Caso o mesmo judoca receba o segundo shido, o oponente ganha um yuko. Uma terceira punição resulta num waza ari contra quem comete a infração. Se o atleta for penalizado pela quarta vez, a luta acaba imediatamente por desclassificação. Cada competidor, assim como no judô olímpico, deve usar um quimono de cor diferente – azul e branca. Na modalidade paraolímpica, esta diferenciação de cores serve para o árbitro indicar quem pontuou, recebeu punições ou venceu.

Caso haja empate entre os atletas, cada árbitro (o central e os dois laterais) indica qual atleta lutou melhor levantando a bandeira da cor relacionada ao atleta (azul ou branca).

Nas paraolimpíadas, o atleta é classificado de acordo com a classificação esportiva, ou seja, B1 (cego), B2 (5% a 10% de visão) e B3 - (10% a 20% de visão).

Além da classificação de acordo com o grau de deficiência, que já foi mostrada anteriormente, há ainda a classificação de acordo com o peso do atleta, conforme mostra a tabela 1 da FPJ:

TABELA 1
Divisão de categorias no judô Paraolímpico (por peso).

		Sexo	
		Masculino	Feminino
Categoria	Super Ligeiro	Até 55 Kg	Até 44 Kg
	Ligeiro	De 55 á 60 Kg	De 44 á 48 Kg
	Meio Leve	De 60 á 66 Kg	De 48 á 52 Kg
	Leve	De 66 á 73 Kg	De 52 á 57 Kg
	Meio Médio	De 73 á 81 Kg	De 57 á 63 Kg
	Médio	De 81 á 90 Kg	De 63 á 70 Kg
	Meio Pesado	De 90 á 100 Kg	De 70 á 78 Kg
	Pesado	Acima de 100 Kg	Acima de 78 Kg

(FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ, 2005c).

Há portanto no judô paraolímpico, a disputa por 192 medalhas no masculino e feminino, sendo elas quarenta e oito de ouro e prata e noventa e seis de bronze, havendo assim maiores possibilidades de conquistas se comparando com o judô olímpico para videntes (64 no total). Havendo, portanto maior investimento na categoria, os números de medalhas poderiam ser muito mais expressivos.

4. A PESSOA DEFICIENTE VISUAL

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), deficiência caracteriza-se por uma anomalia da estrutura, aparência do corpo humano ou do funcionamento de um órgão ou sistema, independente da causa. A princípio, deficiência constitui uma perturbação de tipo orgânica. (MELO, 1991).

Quanto á deficiência visual, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (1993) a define como sendo um impedimento total ou a diminuição da capacidade visual, em decorrência da imperfeição no órgão ou sistema visual.

Ou seja, a deficiência é a perda da normalidade de uma parte do corpo (estrutura) ou função corporal (função fisiológica), estão incluídas dentre as funções fisiológicas, as funções mentais. Sendo que, a deficiência visual é a perda da normalidade dos órgãos da visão e podendo ser a cegueira total (amourose) ou parcial. Existem várias maneiras de se classificá-la, neste estudo serão descritas três delas (legal, educacional e esportiva) que serão melhor explicadas no próximo item.

Segundo Adams et al (1985, p.172):

A cegueira ocorre mais freqüentemente em crianças antes dos cinco anos de idade. Os períodos pré-natal e neonatal são os períodos em que se inicia mais comumente. As estatísticas mostram que aproximadamente 25% das crianças em idade escolar têm algum problema visual.

O autor ainda destaca a importância do diagnóstico precoce da cegueira e da deficiência visual dizendo que "[...] é essencial para o tratamento e educação da criança. Os principais objetivos são restabelecer ou melhorar a visão e impedir a deterioração posterior" (ADAMS et al, 1985, p. 172).

O autor destaca que pelo fato de grande parte dos casos de deficiência visual se instalarem até os cinco anos de idade é de grande importância que a detecção seja feita o quanto antes, o que pode evitar com que a criança de baixa visão tenha a perda da sua visão funcional e pode proporcionar um melhor aproveitamento do resíduo visual da criança. É comum crianças

terem dificuldades de alfabetização devido a problemas visuais que não foram detectados e tratados corretamente.

Não há dúvidas de que o D.V. têm uma forma diferente de interagir com o mundo e de se expressar, pois de acordo com Masini (1994, p.86), "[...] dispor de todos os órgãos do sentido é diferente de contar com a ausência de um deles: muda o modo próprio de estar no mundo e relacionar-se". Sobre isto Adams et al (1985, p. 174) diz que "para os indivíduos completamente cegos, a demonstração visual não têm nenhum valor e em muitos casos a descrição verbal não tem muito significado".

A ausência da visão faz com que o professor necessite também adaptar suas aulas e dar a este aluno um acompanhamento mais individualizado, não adianta por exemplo, tentar passar um gesto técnico para o D.V. apenas com a demonstração visual, para ele de nada vai adiantar, as informações para um aluno D.V. devem ser passadas de forma verbal e principalmente tátil, no caso da utilização da comunicação verbal, o máximo de informações possíveis devem ser fornecidas e ela ficaria mais voltada para a descrição dos detalhes do local assim como da localização dos objetos, pode também ser empregada com mais eficiência com alunos que não nasceram cegos e possuem ainda uma memória visual.

Quanto às informações táteis "[...] é importante compreender que os indivíduos completamente cegos podem apenas compreender o significado de algumas habilidades motoras "sentindo" o movimento". (ADAMS et al, 1985, p.174), portanto esta compreensão ocorre através do toque, da demonstração prática dos movimentos a serem realizados. Na Educação Física e na prática do judô, as informações táteis são muito importantes, pois o aluno necessita sentir os movimentos para então poder executá-los, isso pode ocorrer quando o professor toca o aluno, demonstrando o que o mesmo deve fazer, ou através da demonstração pelo próprio professor com o aluno o tocando e sentindo qual a amplitude dos movimentos e as articulações envolvidas. Este trabalho de toque contribui principalmente para melhorar o autoconhecimento e a percepção do aluno.

Muitos pais de Ds.Vs. não têm conhecimento da possibilidade de seus filhos participarem de atividades físicas, o que provoca uma grande restrição no repertório motor da criança, muitos pais consideram arriscado até mesmo a criança D.V. sair de casa e provocam nela uma grande dependência. A atividade física trabalhada corretamente é essencial para o

desenvolvimento do indivíduo; no caso dos Ds.Vs., atividade física pode ser por muitos considerada como um risco, porém para Matsudo (2002, p.123),

Qualquer eventual risco [...] é menor que as conseqüências de uma infância e adolescência perdida em frente a aparelhos de televisão, vídeo, computadores e outros comportamentos sedentários, que levam a sociedade a alcançar níveis terríveis de doenças crônico-degenerativas, como diabetes, hipertensão, obesidade, hipercolesterolemia, osteoporose, entre outras.

Portanto, qualquer risco que o judô ou qualquer outra atividade física possa oferecer aos Ds.Vs. não se comparam aos benefícios que trarão. Existe um número cada vez maior de crianças e adolescente obesos e sedentários, o risco de se desenvolver alguma doença neste caso é bem maior do que o de se machucar na prática de alguma atividade física. Sobre isso, Matsudo (2002, p.136) conclui que:

As evidências epidemiológicas que consideram a relação custo (risco)/benefício permitem concluir que crianças e adolescentes, como preconiza o programa "agita São Paulo", deveriam acumular pelo menos trinta minutos de atividade física diária de intensidade moderada na maioria dos dias da semana (cinco dias) e se possível todos, de forma contínua e acumulada. É recomendável também que se envolvam em atividades vigorosas, durante vinte minutos, duas ou três vezes por semana.

Assim, como qualquer outra criança ou adolescente, o D.V. está apto para participar do treinamento do judô, ambos têm a mesma capacidade porém, a possibilidade de acesso não é igual. Possibilitar ao deficiente a prática de uma atividade física, além dos benefícios psicomotores trará a ele o convívio social e a possibilidade de ampliar seus horizontes, de sentir o mundo de outra maneira.

4.1. Classificação da deficiência visual

O claro conhecimento das classificações é imprescindível uma vez que determinará a potencialidade de cada D.V. e as possibilidades de progresso nas atividades motoras programadas, desde que se empreguem estratégias adequadas, diferenciadas, conforme a faixa de deficiência em que se enquadra. (ALMEIDA, 1995, p.13)

Para quem vai trabalhar com alunos Ds.Vs. é importante saber como eles são classificados e quais as limitações que possuem, para assim haver uma melhor adaptação das atividades aplicadas. O tipo de classificação utilizada dependerá do objetivo do trabalho e do ambiente em que a pessoa se encontra, educacionalmente por exemplo, eles são classificados de acordo com a necessidade ou não do uso da escrita em braile (escrita baseada em seis pontos salientes, que possibilita 63 combinações) e esportivamente de acordo com a acuidade e campo visual.

Serão abordadas três maneiras de se classificar os Ds.Vs.: legal, educacional e esportiva, todas elas se baseiam em elementos clínicos, que segundo Munster apud Gorgatti e Costa (2005, p.33) são:

- Acuidade visual: capacidade de se distinguir detalhes, está relacionada com o tamanho e a distância do objeto. Determina a função macular (visão central); por exemplo, uma pessoa que possua acuidade visual de 20/200, significa que ela precisa estar a 20 pés de um objeto para identificá-lo, enquanto uma pessoa com visão normal o identificaria a 200 pés de distância;

- Campo visual: é a capacidade de aproveitamento da visão periférica; ao fixarmos um ponto, cada olho vê ao redor deste ponto uma área ampla, denominada “campo visual”. O campo visual de um olho estende-se aproximadamente 100° lateralmente, 60° medialmente e 75° inferiormente;

- Visão funcional: é a associação da acuidade com o campo visual ou seja, aquilo que se enxerga realmente.

A classificação legal, segundo Almeida (1995) objetiva oferecer garantias quanto às possibilidades de formação, trabalho etc., ou seja, estabelece seus direitos como cidadão. Esta classificação varia de acordo com o país. No Brasil, os Ds.Vs. são classificados em

cegos e indivíduos com visão sub-normal (também chamada, na área educacional, de baixa visão).

Segundo o mesmo autor, no aspecto educacional, a classificação dos Ds.Vs. está diretamente ligada à alfabetização. São classificados como cegos aqueles que necessitam do sistema Braille para a alfabetização e visão sub-normal aqueles que utilizando-se do resíduo visual têm a possibilidade de alfabetização através do uso de tinta.

Na visão sub-normal, há limitação para se ver de longe, no entanto há a possibilidade de se discriminar e identificar materiais e objetos, localizados a poucos centímetros ou metros, dependendo da capacidade restante de visão. Esta capacidade residual deve e pode ser utilizada nas diversas atividades escolares, seja na Educação Física, seja em atividades das outras disciplinas, quanto maior o resíduo visual e melhor utilizado, a pessoa aparentará normalidade visual (MARTIM e BUENO, 2003).

Havendo um resíduo visual, por menor que seja, ele deve ser constantemente estimulado através do uso de lentes especiais e materiais com diferentes texturas e formatos, é importante também o uso de cores vivas e que se destaquem. Para que a pessoa mantenha a funcionalidade da visão é necessário que ela treine para usar o resíduo visual da melhor maneira possível. Sendo assim, a Educação Física pode exercer um importante papel, quando auxilia na manutenção e minimização das perdas da capacidade visual, atuando sobre as potencialidades ao invés de atuar sobre as dificuldades do D.V.

Para Rodrigues (1991), encarar a deficiência visando as necessidades educativas, significa focar a observação e a intervenção na criança concreta, valorizando a caracterização pedagógica através da consideração dos ritos, seqüências e objetivos da aprendizagem da criança.

Outra forma de classificação dos deficientes visuais é a classificação esportiva. De acordo com Almeida (1995), a IBSA (Internacional Blind Sport Federation), entidade que regulamenta as competições específicas para os Ds.Vs., os classifica em três categorias (B1, B2 e B3) de acordo com a acuidade e campo visual, são elas:

- B1 – engloba os atletas que não têm nenhuma percepção de luz em qualquer um dos olhos até a percepção de luz sem a capacidade de reconhecer o formato de uma mão a qualquer distância ou em qualquer direção, ou seja, são atletas que possuem no máximo 5% da capacidade visual de uma pessoa vidente;

- B2 – vai desde a capacidade de reconhecer o formato de uma mão até a acuidade visual de 2/60 (pés) e/ou campo visual menor que cinco graus, sendo que os atletas que se enquadram nesta categoria, possuem entre 5% e 10% da capacidade visual de uma pessoa vidente;

- B3 – da acuidade visual acima de 2/60 (pés) até a acuidade visual de 6/60 e/ou campo visual entre cinco e vinte graus, os atletas que se enquadram nesta categoria possuem entre 10% e 20% da capacidade visual normal, é a categoria que pode haver maior diferença entre os atletas.

Em todos os casos, deve-se considerar o melhor olho, com a melhor correção, ou seja, todos os atletas que utilizam lentes de contato ou lentes corretivas deverão usá-las para enquadramento nas classes, quer pretendam competir utilizando-as ou não.

O atleta classificado como B1 é totalmente cego, o B2 tem entre 5% e 10% de visão e o atleta B3 tem entre 10% e 20% de visão, atletas que possuem mais de 20% da capacidade visual competem entre os atletas videntes. Vale lembrar que tanto os atletas B1 quanto os B2 em modalidades como o atletismo, por exemplo, necessitam da presença de guia, os atletas B1 por serem totalmente cegos e os atletas B2 por pouquíssimo resíduo visual.

Existem outras formas de se classificar os Ds.Vs., estas porém, consideram outros fatores que são igualmente relevantes para se conhecer a deficiência e o aluno.

Uma das formas é de acordo com a possibilidade de melhora ou não do quadro, neste caso, a deficiência visual pode ser classificada como temporária (reversível) ou permanente (irreversível), sendo elas progressivas (pioram com o tempo), regressivas (melhoram com o tempo) ou estáticas (estabilizadas), além disso, elas podem ser intermitentes (surgem durante determinado período, como por exemplo, a "cegueira noturna") ou contínuas (durante todo o tempo).

Podem ainda ser classificadas de acordo com a origem da deficiência, pode ser primária (independem de outras doenças ou deficiências) ou secundária (surgem a partir de outras doenças ou deficiências).

Outra maneira de classificação é a de acordo com o momento em que a deficiência foi adquirida. Ela pode ser classificada como adquirida, quando surge após os cinco anos de idade, em acidentes, por doenças ou desenvolvimento inadequado; ou congênita, quando surge até o nascimento ou no caso da deficiência visual até os cinco anos de idade, independente

da causa, pois somente á partir desta idade os órgãos deste sentido se tornam completamente desenvolvidos.

Pelo fato de a capacidade visual total não ser inata (uma criança de seis meses de idade por exemplo, possui 1/30, aproximadamente 0,03% da capacidade visual total; aos nove meses possui 3/20 aproximadamente 0,15%; aos dois anos metade e aos quatro anos 8/10, aproximadamente 80%) (HUGONNIER-CLAYETTE, 1989) a criança que têm sua visão afetada até esta idade têm o quadro caracterizado como congênito, pois não possui uma memória visual considerável. A autora ainda destaca que á partir dos quarenta anos de idade há uma deteriorização progressiva da função visual.

Segundo Adams et al (1985, p.172), os riscos de uma criança prematura adquirir a cegueira aumentam, pois,

[...] A fibroplasia retrolenticular é a principal causa de cegueira em recém-nascidos, esta afecção é produzida pelo efeito tóxico do oxigênio e resulta de espasmos dos vasos retinianos [vasos localizados na retina, fundo dos olhos]. Ambos os olhos são afetados; a cegueira resultante pode ser completa ou quase completa. Tem-se atribuído a fibroplasia retrolenticular à concentração muito alta de oxigênio em incubadoras para recém-nascidos prematuros.
As outras causas de cegueira são trauma, rubéola materna durante a gestação, sífilis congênita e infecções durante o parto.

Este quadro pode ocorrer pelo fato da grande concentração de oxigênio nas incubadoras provocar um aumento na quantidade de vasos capilares na retina, ao se entrar em contato com o ar atmosférico (mais rarefeito), estes vasos em excesso tendem a sumir, pois há neles uma menor irrigação sangüínea, isso pode provocar um descolamento parcial ou total da retina, levando a criança à cegueira.

Segundo Hugonnier-Clayette (1989) para se determinar a capacidade visual outros fatores devem ser considerados, são eles: a visão binocular (visão nos dois olhos), a visão das cores, a adaptação às diferentes luminosidades e a capacidade de resistência à ofuscação.

A perda da visão binocular ou monoftalmia implica em perda da visão do relevo e problemas na avaliação das distâncias, o que pode causar dificuldades em subir degraus, saltar obstáculos, alcançar e lançar objetos em locais pré-determinados, o importante neste caso é promover uma adaptação, pois novos obstáculos surgirão em seu caminho. A mesma autora, estima que um adulto necessite de um período de um a dezoito meses para que haja adaptação e quanto mais jovem a pessoa perder a visão binocular mais fácil será esta adaptação.

Segundo Almeida (1995, p.14), com relação aos distúrbios da visão de cores, é preciso lembrar que elas vão desde distúrbios leves como o daltonismo até distúrbios mais graves que faz com que o indivíduo perca totalmente a visão de cores. Estas anomalias precisam ser observadas com a devida atenção para que seus portadores não se sintam marginalizados e vejam progresso em seu desenvolvimento.

Ainda segundo o autor, cuidados especiais devem ser tomados com pessoas com albinismo e cegueira noturna; os cuidados nestes casos devem ser com a luminosidade e os materiais utilizados. Para os albinos o excesso de luminosidade e o uso de materiais muito claros tendem a atrapalhar, o contrário ocorre com a cegueira noturna, onde a baixa luminosidade e o uso de materiais escuros podem causar dificuldades. Cabe nestes casos escolher bem o local em que se vai trabalhar com os alunos, não é aconselhável, por exemplo, levar para uma quadra descoberta em um dia de sol um aluno albino, pois o mesmo irá encontrar dificuldades desnecessárias, o mesmo cuidado deve ocorrer no ambiente de prática do judô, ele deve ser adaptado de acordo com as condições dos alunos.

Cuidados também devem ser tomados com pessoas que têm miopia (olho ovalado, o que prejudica a visão de longe), hipermetropia (olho achatado, o que prejudica a visão de perto) ou astigmatismo (deformidade da córnea). Quando graves, estes distúrbios podem exigir adaptações nas atividades e atrapalhar no dia-a-dia.

4.2. Características motoras do deficiente visual

Dentre as características motoras da pessoa com deficiência visual, algumas delas ocorrem devido a falta de estimulação sensorial e os problemas decorrentes podem ser melhorados ou até mesmo sanados no dia-a-dia, no decorrer do trabalho com o profissional de Educação Física. Podemos destacar segundo Adams et al (1985):

- Não têm controle corporal, equilíbrio estático, coordenação ou agilidade normais, pois muitas destas crianças têm a superproteção dos pais, amigos e professores, como conseqüência, elas não têm oportunidade de realizar movimentos ativos durante o início da infância. "As crianças cegas precisam explorar o meio ambiente tanto quanto possível e adquirir conceitos que as crianças normais adquirem pela visão". (ADAMS et al, 1985, p.172)

- Locomoção insegura, devido à falta de noção espacial, causada pela falta de experiências motoras e falta de exploração, conhecimento e adaptação do meio;

- Pouco controle e consciência corporal, causada pela inexistência de uma imagem corporal, a imagem corporal surge como "a figuração do nosso corpo formada em nossa mente, ou seja, o mundo pelo qual o corpo se apresenta para nós" (Schilder, 1994, p.11), portanto, é de se esperar que o D.V. congênito, que nunca viu seu corpo, não tenha uma imagem corporal formada e o D.V. adquirido pode possuir uma imagem corporal pouco detalhada, isso prejudica no seu controle e principalmente consciência corporal;

- Agilidade e velocidade comprometidas, devido também às poucas vivências, falta de noção espacial e conhecimento do local, é difícil para um D.V. correr sem antes realizar um reconhecimento do local, o mesmo tem que saber o que vai encontrar pela frente, quais os obstáculos e dificuldades;

- Tônus Muscular elevado, pois muitos apresentam a musculatura tensa devido a imprevisibilidade do ambiente;

- Postura inadequada, pois muitos, devido sua incapacidade de ver adotam um porte defeituoso estendendo suas mãos para frente a fim de evitar encontros com objetos;

- Insegurança ao se locomover, devido às poucas adaptações do meio, estes problemas afetam não apenas o D.V. como também o deficiente físico, ambos encontram muitas dificuldades em se locomover no dia-a-dia;
- Tronco rígido, devido também á musculatura muitas vezes ser tensa e a dificuldade na locomoção;
- Cabeça Protraída ou levantada que causa desnivelamento dos ombros e como conseqüência comprometimento da coluna vertebral, como por exemplo, cifose, estômago saliente com lordose correspondente e inclinação da cabeça para trás ou para frente. Esta postura é conhecida como "corcunda". Na maioria das vezes, esta postura se deve ao fato do indivíduo ter ou ter tido alguma percepção da luz ou baixa acuidade em um dos olhos, ele pode estar tentando focalizar este olho.

Munster (1998) destaca ainda certos "comportamentos estereotipados" apresentados pelos deficientes visuais (maneirismos) como por exemplo, fricção dos olhos (pressão e manipulação do globo ocular), balanceio ritmado da cabeça e/ou tronco e gestos repetitivos com as mãos.

Segundo ela, movimentos como o balanceio do tronco ou da cabeça podem estar associados à estimulação vestibular ou de outros órgãos dos sentidos, devido ao déficit da função visual. Outra hipótese trazida por ela indica que o maneirismo pode ser resultado mais da privação social sofrida por muitos deficientes que da sensorial, ou que seja uma forma de auto-regulação frente a superestimulação.

Estes maneirismos podem inibir ainda mais a interação social do D.V., pois os mesmos podem se sentir constrangidos ou provocar o afastamento das pessoas do seu meio, além de aumentar a probabilidade de alguma lesão física. Assim sendo, o profissional de Educação Física deve priorizar o desenvolvimento motor deste indivíduo, sendo que o judô pode se transformar em uma importante ferramenta. O trabalho deve ser realizado tentando-se inibir estes comportamentos, que são de certa forma prejudiciais ao indivíduo.

4.3. Condicionantes motoras e sociais comuns ao Deficiente Visual

Podemos destacar também algumas desvantagens do D.V. em relação aos videntes, sendo que algumas delas são causadas por características motoras citadas anteriormente e pela própria ausência da visão. São elas a partir dos trabalhos de Adams et al (1985) e Munster (1988):

Limitações intrínsecas:

- Impedimento do acesso direto à palavra escrita: que só é possível em muitos casos através do sistema Braile;
- Restrição da mobilidade independente: devido a grande dependência apresentada por muitos Ds.Vs. e da falta de adaptação do meio;
- Contatos sociais limitados: pois muitos Ds.Vs. se isolam ou até são isolados socialmente pelos próprios pais devido seus problemas;
- Estigma social: estereótipos culturais, que muitas vezes vêem no D.V. uma pessoa incapacitada e improdutiva, pior é quando o próprio D.V. se enxerga assim;

Limitações na comunicação:

- Para conversar posiciona o ouvido na direção da pessoa: pois assim consegue localizar a origem do som, e a pessoa com quem está falando;
- Não recebe comunicações corporais: como por exemplo, expressões faciais e gestos com as mãos;
- Usa expressões com menor frequência: pois têm dificuldade em visualizar e entende-las;

Desvantagens motoras:

- Mobilidade / marcha deficitária: muitos Ds.Vs. têm dificuldades ao caminhar mesmo com o uso de bengala, pois nem todos os lugares são de fácil acesso para o

deficiente e muitos não são bem treinados para o uso da bengala, há também os comprometimentos causados pela falta de vivências corporais (dificuldade no equilíbrio, controle corporal, noção espacial, entre outros);

- Expressão corporal e facial restrita: como gestos enquanto fala, expressões faciais, pois muitos nem as conhece e têm maneiras diferentes de demonstrar sentimentos;
- Inibição voluntária: muitos são tímidos e têm dificuldades de relacionamento, pois não sabem qual será a reação das pessoas perante elas;
- Resistência física baixa: devido á pouca prática de atividades físicas e ao sedentarismo;
- Dificuldade de relaxamento: principalmente em ambientes desconhecidos, onde não se sabe dos perigos e obstáculos que podem surgir.

Desvantagens cognitivas:

- Dificuldade na formação e utilização de conceitos: principalmente no que diz respeito a conceitos subjetivos, como tamanho e quantidade;

Desvantagens afetivas:

- Pouca autoconfiança: isso ocorre porque muitos Ds.Vs. sabem ao certo de suas capacidades e não as testaram anteriormente;
- Baixa auto-estima: muitas vezes o D.V. se acha incapaz e são pouco estimulados a provar o contrário;
- Apatia: devido ao pouco convívio social, influenciado muitas vezes pela família;
- Dependência: grande parte dos Ds.Vs. dependem da ajuda de outra pessoa para muitas coisas dentre elas atividades do dia-a-dia, muitas vezes isso ocorre por influência da família ou comodidade do próprio D.V.;
- Medo de situações e ambientes desconhecidos: esta situação ocorre com muitas pessoas Ds.Vs. ou não, porém pela falta da visão pode se acentuar;
- Dificuldades de estabelecer relações com as pessoas e o ambiente: principalmente em se tratando de pessoas e ambiente desconhecido, o ideal é ter a companhia de alguém conhecido no início até que ocorra uma adaptação;

- Barreiras nos relacionamentos: com dificuldades para fazer novas amizades, tanto pelas suas características de timidez por exemplo, quanto pelo estigma social e preconceito;
- Não tem auto-iniciativa para ação motora: dificilmente um D.V. vai de iniciativa própria procurar uma atividade física, até mesmo por falta de conhecimento ou possibilidade, a pessoa deficiente precisa de um apoio externo, alguém que a incentive, o que não é uma situação muito comum;

Relacionando os condicionantes motores e sociais comuns ao D.V. ao judô, o mesmo pode auxiliar muito só pelo fato de poder proporcionar ao D.V. a possibilidade de participação em uma atividade física, levando à uma melhora na resistência física, pois é necessária força e resistência para a prática de judô e por se tratar de uma luta de contato direto exige também muita agilidade e explosão muscular.

Pode também auxiliar no processo de melhora na independência, pois o judô depende e muito do equilíbrio e de uma boa base na caminhada além do controle corporal e noção de espaço e tempo, todas estas características estão presentes também na marcha, que nos casos de muitos Ds.Vs. é deficitária, pois caminham arrastando os pés e com passos curtos, com medo de um possível desequilíbrio, com o tronco rígido e musculatura tensa, a medida em que a pessoa passa a ter maior controle corporal possivelmente sua autoconfiança e mobilidade melhoram. Com uma melhor marcha o D.V. pode se sentir mais confiante para fazer suas coisas sozinho e tomar suas próprias decisões.

O judô possibilitaria também um maior contato social tanto entre os Ds.Vs. quanto com os alunos videntes pois a prática conjunta é totalmente possível com algumas poucas adaptações, o que pode trazer novas amizades e diminuir sua inibição e apatia. Quanto a comunicação, ele poderá se sentir mais solto e relaxado, estando também mais preparado para imprevistos e situações novas, diminuindo um pouco o medo de ambientes e situações por eles desconhecidas.

O D.V. ao praticar o judô pode se sentir mais capacitado, mais produtivo, melhorando sua auto-estima, a prática do judô pode assim abrir para ele novas possibilidades trazendo um incentivo a mais para futuras práticas esportivas.

5. O ENSINO DO JUDÔ PARA OS DEFICIENTES VISUAIS

O judô pode vir a ser uma importante ferramenta no desenvolvimento motor do indivíduo, já que entre suas principais características está o equilíbrio (característica presente também da marcha).

A idéia deste capítulo não é de mostrar como se dá a aprendizagem do judô pelos Ds.Vs., pois como sabemos, esta aprendizagem acontece da mesma maneira que ocorre com os alunos videntes, mas de uma forma um pouco mais lenta, pois segundo Adams et al (1985, p.173) "[...] as crianças cegas têm um desempenho semelhante ao das crianças normais em muitas atividades, e discretamente abaixo do normal em outras [...]"

O objetivo é esclarecer que com algumas adaptações esta aprendizagem é possível e que o judô não só pode influenciar no desenvolvimento motor do D.V., pois as convivências com os colegas e a constante renovação dos conteúdos podem elevar o potencial destas pessoas, o que colabora para o desenvolvimento global do indivíduo.

Segundo Adams et al (1985, p. 173), o ensino do judô pode ser adequado para os Ds.Vs, pois "devem ser estimulados os jogos ou esportes vigorosos e ativos para crianças com visão seriamente comprometida. Alguns dos esportes mais comuns para os cegos são: boliche, luta, natação, pesca, equitação, e caminhadas a pé."

Deve estar presente na Educação Física especial e não somente no judô, a aprendizagem individualizada. Rodrigues (1991) destaca três razões principais para a necessidade desta aprendizagem individualizada: a heterogeneidade de perfis comportamentais, áreas sensíveis de aprendizagem e condições de aprendizagem, ou seja, mesmo se tratando de uma turma composta apenas por deficientes visuais, os alunos apresentarão diferentes tipos de dificuldades, sendo que uns mais que outros, terão diferentes níveis de motivação e apresentarão respostas diferentes.

O mesmo autor define a aprendizagem individualizada como um conjunto de estratégias de ensino que visa adaptar o processo de Ensino-Aprendizagem a cada estudante, de

modo a proporcionar uma compatibilidade frente as suas necessidades, interesses e principalmente características individuais.

Através da aprendizagem individualizada, o aluno poderá adquirir maior autonomia, pois com o tempo passará a opinar e decidir os objetivos e até mesmo os meios do treinamento, indo em direção à aprendizagem independente.

Outra característica do judô, é que ele não pode ser praticado sem a presença do outro, ou seja, sem um companheiro e devido suas pequenas adaptações para o D.V. em uma mesma turma pode haver também alunos videntes e cegos. Fica clara no judô a importância do companheiro, do lutar com ao invés do lutar contra, isto fortalece as relações sociais entre os praticantes, sendo eles deficientes ou não.

De acordo com a Federação Paulista de Judô (2005d), Jigoro Kano diferenciava dois métodos de treinamento:

KATA significa "forma": é um sistema de movimentos pré-arranjados que ensinam os fundamentos de ataque e defesa. Em adição às projeções e retenções (também praticadas no Randori), inclui pancadas, chutes, cuteladas [golpes com as mãos abertas], golpes lacerantes e inúmeras outras técnicas. Isso só utilizado no Kata porque esse treinamento se trata de praticar movimentos pré-arranjados e cada um dos parceiros sabe o que o outro irá fazer, antecipadamente.

RANDORI significa "prática livre": os praticantes, aos pares disputam um contra o outro como se estivessem em competição. Eles podem projetar, imobilizar, estrangular e aplicar chaves de braço, mas não podem dar pancadas, chutes e empregar outras técnicas apropriadas somente nos combates reais. As principais condições no randori são que os participantes tomem cuidado de não causar lesões um ao outro e que sigam a etiqueta do Judô, que é obrigatória para quem deseja obter o máximo benefício de randori.

O Kata, como dito, é uma demonstração das técnicas do judô e segue uma seqüência onde é necessária sintonia total entre o par, pois ambos sabem o movimento que o parceiro irá realizar. A sintonia entre o par ocorre desde o momento da entrada no tatame (piso onde se pratica o judô) até a saída. Para o judoca D.V. estes momentos trariam maior dificuldade, pois eles ocorrem sem o contato com o parceiro, ao contrário do que ocorre durante a realização dos movimentos. Os movimentos realizados no Kata vão desde os mais simples que são os golpes do judô aos mais complexos que envolvem defesa pessoal e o uso de materiais que simulam armas.

Já o Randori é uma simulação de um combate real, pode ocorrer a luta no chão (indicada para os iniciantes ou treinamento específico), em pé (com as projeções) ou a junção de ambas (início da luta em pé com continuação no chão após a queda de um dos alunos). Nele os

alunos têm a oportunidade de colocar em prática e testar a eficiência dos golpes e técnicas aprendidas. Para os judocas Ds.Vs., a realização do Randori se dá sem maiores problemas, o cuidado principal a ser tomado é quanto ao espaço de luta. Para se evitar possíveis trombadas com outras duplas ou quedas sobre alguém que se encontra no solo basta deixar uma maior área de luta disponível ou algum aluno ou professor vidente auxiliando no posicionamento dentro do tatame.

A Educação Física deve assegurar ao D.V. um certo número de aprendizados que normalmente não faz parte das atribuições do mundo das pessoas que enxergam, ou seja, embora as intenções educacionais sejam as mesmas, pelo fato das necessidades dos cegos serem diferentes das dos videntes, é preciso que haja adaptação nas atividades e até uma seleção diferente das mesmas. (DESCAMPS & LARBI apud MUNSTER, 1998, p.39).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O judô, como atividade física pode influenciar positivamente no desenvolvimento motor do D.V., o que faz desse esporte uma atividade significativa para o aluno, segundo Abreu & Masetto (1980), quanto mais significativo para o aluno, mais rápido será o processo de aprendizagem, ocorrendo assim diminuição do número de repetições necessárias para a memorização e melhorando o tempo de retenção do que foi aprendido.

O Judô pode se tornar mais significativo ainda á partir do momento em que o aluno ou atleta tem em quem se espelhar e o judô pode fornecer este espelho enquanto esporte de alto rendimento e com o Brasil com bons resultados internacionais.

Como visto existem várias possibilidades de treinamento no judô, a luta no chão (Ne-waza) é uma delas, este tipo de luta é mais fácil de ser realizada pelos alunos Ds.Vs. e iniciantes, é de grande importância para a aquisição de autoconfiança e autoconhecimento, além de uma boa noção corporal e sociabilização, porém a luta em pé (Tati-wasa) é a que melhor desenvolve o equilíbrio, a noção espaço-temporal, a lateralidade e a coordenação motora como consequência provoca a melhora da marcha. Outro elemento importante do judô são as quedas (Ukemis), através delas o aluno diminuirá e até perderá o medo de cair e quando cair, o fará sem maiores danos, com isso, ele melhora sua autonomia para caminhar e diminui a rigidez na marcha muito comum entre os Ds.Vs..

Como visto, o judô tem grandes possibilidades de promover uma melhora do desenvolvimento motor, não só do D.V. como também do atleta vidente, pois para a sua prática é necessário muito equilíbrio, controle corporal, noção de espaço / tempo além de força e agilidade, o praticante que não possuir estas habilidades motoras bem desenvolvidas, através da prática e a longo prazo poderá melhorá-las.

No judô também podem participar desde alunos com poucas restrições quanto às atividades físicas, quanto com mais restrições, se não houver a possibilidade da prática da luta em pé por exemplo, em virtude das quedas, há a possibilidade da luta no chão ou do treinamento das técnicas sem que haja o combate em si. Os benefícios vão desde a melhora do convívio social a um ganho no desenvolvimento motor, podendo também por que não, haver a formação de bons atletas e de cidadãos mais ativos quebrando um pouco do estigma que existe sobre os Ds.Vs.

Outro fato importante para ampliar a divulgação do judô, seria uma maior presença dele na Educação Física escolar. Sendo as lutas parte da cultura corporal e, portanto, área de atuação do profissional de Educação Física devem ser expostas aos alunos. Trazendo assim benefícios mútuos não só para o aluno D.V. como também para os alunos ditos normais, uma vivência mesmo que pequena pode atrair a atenção do aluno e fazer com que o mesmo procure um lugar para a prática. Não só o judô como todas as outras modalidades de lutas e diversas outras atividades corporais como dança por exemplo, são pouco ou nada trabalhadas nas aulas de Educação Física, a predominância dos esportes coletivos ainda é grande o que restringe em muito o repertório motor dos alunos.

Quanto aos alunos Ds.Vs. participarem das aulas de Educação Física em conjunto com os alunos videntes Adams et al (1985, p. 173) destaca que:

O professor de Educação Física ou o fisioterapeuta devem determinar as necessidades físicas do cego individualmente, como desenvolvimento dos músculos esqueléticos, melhora do equilíbrio, desenvolvimento da marcha, capacidade de correr e de realizar movimentos de locomoção e correção da postura. Na aula de Educação Física, algumas crianças com visão podem compartilhar algumas destas necessidades com as crianças cegas. Estas crianças devem ter aulas juntas [...].

O judô se enquadra entre as atividades que tanto os alunos Ds.Vs. quanto os alunos videntes podem realizar e desenvolver juntos, promovendo assim o desenvolvimento motor de ambos, pois como dito as necessidades dos alunos podem ser iguais, sendo eles videntes ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maria C. T. A.; MASETTO, Marcos T.. **O professor universitário em sala de aula: Práticas e princípios teóricos.** São Paulo: Cortez Ed. e Liv., 1980. 130 p.

ADAMS, Ronald C. et al. **Jogos, esportes e exercícios para o deficiente físico.** 3. ed. São Paulo: Manole, 1985. 461 p.

ALMEIDA, José J. G. de. **Estratégias para a aprendizagem esportiva: Uma abordagem pedagógica da atividade motora para cegos e deficientes visuais.** 176 f. Tese de Mestrado - Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO (Brasil). **Modalidades: Judô.** Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/index2.php>>. Acesso em: 21 ago. 2005.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ (Brasil). **Conheça o judô.** Disponível em: <<http://www.cbj.com.br/conhecajudo.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2005.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ (São Paulo). **Dados biográficos do prof. Jigoro Kano.** Disponível em: <http://www.fpj.com.br/historia/historia1.php?id=historia_judo03b.htm>. Acesso em: 21 ago. 2005b.

_____ **Evolução cronológica do judô.** Disponível em: <http://www.fpj.com.br/historia/historia1.php?id=historia_judo04b.htm>. Acesso em: 21 ago. 2005a.

_____ **Kodokan Judô Vs. Jigoro Kano.** Disponível em: <http://www.fpj.com.br/historia/historia1.php?id=historia_judo05b.htm>. Acesso em: 21 ago. 2005d.

_____ **Noções da história.** Disponível em: <http://www.fpj.com.br/historia/historia1.php?id=historia_judo01b.htm>. Acesso em: 21 ago. 2005a.

_____ **Tabela de classes e categorias de pesos - 2005.** Disponível em: <http://www.fpj.com.br/padrao.php?id=t_pesos>. Acesso em: 21 ago. 2005c.

GORGATTI, Márcia G.; COSTA, Roberto F. da (Org.). **Atividade Física Adaptada: Qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais.** Barueri: Manole, 2005. 589 p.

- HUGONNIER-CLAYETTE, S. et al. **As deficiências visuais**. São Paulo: Manole, 1989. 103p.
- INTERNACIONAL BLIND SPORT FEDERATION. Regulations for athletics: handbook. Madrid: O.N.C.E., 1993.
- MACEDO, Neusa D.. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**. 2. ed. São Paulo: Unimarco Editora, 1995. 69 p.
- MARTÍM, M. B.; BUENO, S. T.. **Deficiência Visual: Aspectos Psicoevolutivos e adaptativos**. São Paulo: Livraria Santos Editora Ltda, 2003. 336 p.
- MASINI, Elcie F. S.. **O perceber e o relacionar-se do deficiente visual: orientando professores especializados**. Brasília: Corde, 1994. 160 p.
- MATSUDO, Victor K. R.. Lesões e alterações osteomusculares na criança e no adolescente atleta. In: ROSE JUNIOR, Dante de. **Esporte e atividade física na infância e adolescência: Uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 123-136.
- MELO, Helena R. F.. **Deficiência Visual: Lições práticas de orientação e mobilidade**. Campinas: Unicamp, 1991. 158 p.
- MUNSTER, Mey de A. Vam. **Estimulação perceptivo-motora em crianças portadoras de deficiência visual: Proposta de utilização de material pedagógico**. 137 f. Dissertação de Mestrado - Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- RODRIGUES, David A. (org). **Métodos e estratégias em educação especial**. Lisboa: Univ. Técnica de Lisboa, 1991. V.1.
- SÃO PAULO. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **O deficiente visual na classe comum**. São Paulo, 1993.
- SCHILDER, Paul. **A imagem do corpo: as energias construtivas de psique**. São Paulo: Martins Fontes, 1994. 316 p.
- SOARES, Carmem L. et al. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992. 119 p.